

JORNAL OFICIAL



Instituído pela Lei Municipal Nº 295/ 97 de 24/04/1997

CATINGUEIRA – PB, SEXTA-FEIRA, 18 DE JULHO DE 2025

TIRAGEM: 10

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO

CONCORRÊNCIA 002/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO 00105/2025

CONTRATO Nº 001.0199/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Catingueira - PB

CONTRATADA: CENTROSOL PROJETOS E SOLUCOES LTDA – CNPJ: 34.443.976/0001-50

OBJETO: Implantação de pavimentação no perímetro urbano do município de Catingueira-PB, atendendo o Contrato de repasse nº 944388/2023/MCIDADES/CAIXA.

VALOR GLOBAL: R\$ 1.317.401,74. (Um milhão e trezentos e dezessete mil e quatrocentos e um reais e setenta e quatro centavos),

PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS 120 (cento e vinte) dias

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato.

Data da assinatura; 17/07/2025.

FUNDAMENTAÇÃO: art. 6º, inciso XXXVIII; art. 28, inciso II; art. 29, parágrafo único; todos da Lei n.º 14.133/2021,

Catingueira-PB, 17 de julho de 2025.

Suélcio Felix de Alencar

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 00031/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO 000125/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA– PB, em conformidade com Art. 75, § 2º da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público a realização da **DISPENSA Nº 00031/2025** para o objeto: Contratação de empresa especializada em prestar serviços de confecção de fardamento para atender a demanda das secretarias de saúde e administração do município de Catingueira-PB. Os interessados poderão apresentar proposta de preço no prazo de 3 (três) dias úteis, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. Os documentos e proposta de preços serão recebidos entre os dias de **21/07/2025 a 23/07/2025, até as 17h00min horas**, que poderão ser encaminhadas para o e-mail: licitacao@cingueira.pb.gov.br. Esclarecimentos e impugnações poderão ser encaminhados através do mesmo e-mail. Os interessados poderão obter o respectivo Edital e anexo com a especificação do objeto na sala de Licitação ou através do portal eletrônico do município www.catingueira.pb.gov.br Este procedimento tem como fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das **08h00min horas às 17h00min horas** dos dias úteis, no endereço supracitado.

Catingueira - PB, 18 de julho de 2025.

ROSINEIDE MARTINS DE FREITAS
Agente de contratação

DECISÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO – PAR Nº 002/2025

RELATÓRIO FINAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO (PAR) Nº 002/2025

1. PREÂMBULO

O presente Relatório Final, consubstanciado em minuciosa análise dos fatos e fundamentos jurídicos pertinentes, é elaborado pela Comissão Especial de Apuração de Infrações Administrativas, instituída com o propósito de conduzir o Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) nº 002/2025. Tal procedimento administrativo foi instaurado com o objetivo precípuo de apurar o alegado descumprimento de obrigações contratuais por parte da empresa **ELETRICA VARGAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n 54.095.188/0001-28.

2. IDENTIFICAÇÃO

Processo: Administrativo de Responsabilização (PAR) nº 02/2025

Contratante: Prefeitura Municipal de Catingueira-PB, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 08.885.287/0001-96, com sede na Rua Inácio Félix de Oliveira, s/n, Centro, Catingueira, PB, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Suélcio Felix de Alencar;

Contratada: ELETRICA VARGAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n 54.095.188/0001-28, com sede na Rua 06, s/n, QD 14, sala 01, Jardim Paraíso, Neropolis/GO, CEP 75.460-000, representada por Wesley Silva Ramos, CPF nº 765.131.221-04.

Objeto do Contrato: O fornecimento de materiais eletrônicos para manutenção das demandas das Secretarias do Município de Catingueira/PB, conforme Contrato nº 01.0153/2025;

3. HISTÓRICO PROCESSUAL

O presente PAR teve sua gênese nas notificações expedidas pelo Gestor de Contrato do Município de Catingueira-PB, sendo a última datada de 30 de junho de 2025, solicitando a entrega de produtos objetos do contrato firmado entre as partes acima descritas.

Sem a entrega dos materiais, apesar de notificada em duas oportunidades, instaurou-se o presente processo, notificando mais uma

vez a empresa privada para apresentar a devida justificativa por sua omissão na entrega dos produtos, sob pena de aplicação das sanções previstas no Contrato nº 01.0153/2025 e na legislação vigente.

Em resposta à notificação, o representante da empresa informou que os produtos haviam sido despachados na transportadora, e que buscava informações de quando seria a entrega.

O Gestor de Contratos, após análise da resposta da empresa, por meio de Despacho, considerou que a justificativa apresentada não era suficiente e que demora excessiva está causando prejuízos a continuidade regular das tarefas da Administração Pública, encaminhando o processo para a presente Comissão Especial para aplicação das penalidades cabíveis.

Em 03 de julho de 2025 foi instaurado o Processo Administrativo de Responsabilização nº 002/2025, por meio de Ato de Instauração do Prefeito Municipal, Sr. Suélio Felix de Alencar, com o objetivo de apurar os supostos descumprimentos de cláusulas contratuais pela ELETRICA VARGAS LTDA.

Não obstante as notificações e a resposta apresentada, a empresa ELETRICA VARGAS LTDA incorreu em descumprimento contratual, conforme análise detalhada a seguir.

4. ANÁLISE

A análise dos documentos acostados aos autos revela que a ELETRICA VARGAS LTDA incorreu em descumprimento contratual, por não entregar solicitados produtos no prazo devido, mesmo após diversas notificações pela Administração Pública.

A justificativa apresentada pela empresa não exime de sua responsabilidade contratual. Os riscos inerentes à execução do contrato, inclusive o transporte de mercadorias, são, em regra, da alçada do contratado, salvo situações excepcionais não demonstradas nos autos. O contrato administrativo, regido pelo princípio do *pacta sunt servanda*, admite a revisão contratual em casos de álea econômica extraordinária e extracontratual, o que não restou comprovado no presente caso.

A alegação de a mercadoria ter sido despachada na transportadora, sem previsão nenhuma de quando será entregue efetivamente, passando prazo superior a 30 (trinta) dias, não pode ser aceita como razoável, especialmente por estar causando prejuízos a manutenção dos serviços da Prefeitura de Catingueira-PB.

A conduta da empresa afronta os princípios da boa-fé objetiva e da probidade administrativa, que devem nortear a execução dos contratos administrativos. A boa-fé objetiva impõe aos contratantes o dever de agir com lealdade e cooperação, buscando o adimplemento da obrigação contratual. A probidade administrativa exige que a Administração e seus contratados atuem com honestidade e retidão, visando o interesse público.

O Contrato nº 01.0153/2025, firmado entre o Município de Catingueira-PB e a empresa ELETRICA VARGAS LTDA, submete-se às disposições da Lei nº 14.133/2021, vigente à época da celebração, sendo esta a legislação aplicável para a imposição de sanções.

A Lei nº 14.133/2021 dispõe que quando o contratado der causa à inexecução total do contrato, deverá ser aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com o respectivo Ente, senão vejamos:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

[...] III – dar causa à inexecução total do contrato;
[...] Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
[...] III – impedimento de licitar e contratar;
[...] 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Além da penalidade acima, por ser consequência direta da suspensão de contratar com o Ente Municipal, deve o Contrato nº 01.0153/2025 ser rescindindo em atenção à cláusula décima quarta (da extinção do contrato), que assim dispõe:

14.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
I – não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

5. CONCLUSÃO

Em face do exposto, esta Comissão Especial de Apuração de Infrações Administrativas conclui, com base na análise probatória e nos fundamentos jurídicos aplicáveis, que a empresa ELETRICA VARGAS LTDA incorreu em grave descumprimento das obrigações contratuais assumidas perante o Município de Catingueira-PB. O não fornecimento dos produtos solicitados objeto do Contrato nº 01.0153/2025, a despeito das notificações e da ausência de justificativa plausível, caracteriza conduta ensejadora da aplicação de sanção administrativa, nos termos da legislação vigente, além da rescisão contratual.

6. PENALIDADE

Diante da gravidade da infração cometida, da necessidade de assegurar a integridade da Administração Pública e da função pedagógica da sanção, recomenda-se à autoridade competente a aplicação cumulativa das penalidades de:

A. Impedimento de licitar e contratar no âmbito deste Ente Municipal, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos termos da Lei 14.133/2021, art. 156, inciso III;

B. Rescisão contratual unilateral, sem direito a indenização;

7. ENCAMINHAMENTO

Submete-se o presente Relatório Final à apreciação da autoridade competente para a prolação da decisão final e a consequente

aplicação das penalidades, se assim entender cabível.

Catingueira-PB, 17 de julho de 2025.

WANDERLEY OLIVEIRA LOPES
Membro

MARCONES GOMES ALENCAR
Membro

SEBASTIÃO LUCAS CARLOS MEDEIROS
Presidente